

XII Congresso
Fluminense
de Iniciação Científica
e Tecnológica



V Congresso
Fluminense
de Pós-Graduação

Ciência para o Desenvolvimento Sustentável

Bolsa Família, educação e as recentes mudanças na desigualdade de renda no Brasil

João Rodrigues Aguiar, Marlon Gomes Ney

O Brasil, indubitavelmente, é um país marcado pela alta concentração de renda e, portanto, desigualdade desde a colonização Portuguesa. A constituição de 1988, além de buscar, ainda que na teoria, quebrar esse ciclo (art. 3º, inciso III), também foi responsável por ampliar consideravelmente os direitos sociais, marcando o primórdio dos debates sobre transferência de renda no Brasil. Anos depois, foi instituído, em 2004, o Programa Bolsa Família que unificou os Programas Nacionais de Transferência de renda, ampliando o público beneficiado e os recursos. O foco do estudo se dá em analisar o efeito do PBF na educação e na desigualdade de rendimentos no Brasil e unidades da federação, entendendo as mudanças do perfil educacional da população mais pobre, intermediária e relativamente rica, observando, a partir de então, a relação entre o grau de escolaridade e o nível de desigualdade na distribuição de renda. A metodologia será aplicada na renda domiciliar *per capita*, mas direcionada às condições escolares das crianças de maior vulnerabilidade, isto é, enquadradas nos 20% e 40% mais pobres. Para ser beneficiado, é preciso seguir as condicionalidades. Estas não têm caráter punitivo, mas engajado socialmente, visto que, usando o estudo de Ozanira (2007), associam a transferência monetária (política compensatória) com a educação (política estruturante). Resultados previamente estudados indicam que, apesar de ainda precisar de ajustes, o programa tende a levar de volta às escolas estudantes que haviam evadido ou que não frequentavam e, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste os efeitos sobre abandono, proficiência e aprovação são significativos. Por isso, o poder público também tem um compromisso: assegurar a oferta dos serviços. Contudo, estes, além de precários, estão congestionados e despreparados para oferecer esperança crível de emancipação para gerações futuras da condição de pobreza de suas famílias. Infere-se, pois, a possível necessidade de que o PBF seja reescrito como uma política de desenvolvimento de equalização de oportunidades. Mais do que isso: é preciso consolidar na opinião pública a importância de se transferir renda através do PBF, uma vez que este é uma política de desenvolvimento que aumenta não apenas o bem-estar, mas também as capacitações. O sistema público de educação apresenta diminutas jornadas escolares (4,2 horas por dia, uma das menores) e lida com problemas de infraestrutura, treinamento e remuneração de professores.

Palavras-chave: Bolsa Família, Educação, Desigualdade de renda

Instituição de fomento: UENF